ATA Nº 4/2012

DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2012
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 30 DE ABRIL DE 2012

-----No dia 30 de abril de 2012, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de abril, convocada ao abrigo do nº 1 do Artigo 49º da Lei nºs 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro, das alíneas a), q), u) e v) do nº 2 do Artigo 19º, do nºs 1 e 3 do Artigo 23º, do nº 3 do Artigo 26º e nº 2 do Artigo 29º, todos do respetivo Regimento, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 1 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento de Circulação e Estacionamento na Zona Intra-Muralhas, na Zona de Estacionamento de Duração Limitada e nos Parques Cobertos da Cidade de Lagos;***
- **PONTO 2 - *Apreciação e votação da 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano para 2012 – Anos seguintes;***
- **PONTO 3 - *Apreciação e votação da proposta de Desafetação de Parcela de terreno sita na Rua da Esperança – Bairro da Abrótea - Freguesia de S. Sebastião;***
- **PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de Desafetação de Parcela de terreno sita na Rua Sacadura Cabral - Freguesia de Santa Maria;***
- **PONTO 5 - *Apreciação e votação do concurso público para o fornecimento de refeições e lanches para as Escolas EB1 e Jardins de Infância – Anos 2012-2015;***
- **PONTO 6 - *Apreciação e votação do concurso público para o fornecimento continuado de combustíveis rodoviários em sistema de Cartão Frota;***
- **PONTO 7 - *Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão - ano 2011;***
- **PONTO 8 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do município;***
- **PONTO 9 - *Apreciação das Deliberações da Sessão Ordinária de março de 2012 da Assembleia da Juventude.***

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 58 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 34v.

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	João Henrique Pereira
PS	José de Jesus Figueiras Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Fernanda Pires Miranda de Carvalho Afonso
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Pedro Manuel Santa Rita Figueiredo Magalhães (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Rui Manuel Furtado Barros dos Santos
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Isabel Maria da Silva Matos Azevedo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
CDS	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Carla Sofia Caneiro Escarduça

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato

PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo

-----**SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA DEPUTADA MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTA
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva	1 dia	Carla Sofia Caneiro Escarduca
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim	1 dia	Rui Filipe Machado de Araújo
PSD	José Valentim Rosado	1 dia	Fernando Manuel Cristino Marreiro

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO O DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,** a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves - Vice-Presidente
PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Moraes - Vereador
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis - Vereador
PSD	Virgínia Paula V. Marreiros Conceição Silva - Vereadora

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL,** a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Livónia Cristina Cravinho Xavier - Vereadora

-----**ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES:** Dispensada a sua leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes atas:

Fl. 35v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

-----Ata nº 1/2012 da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2012 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 27 de fevereiro de 2012.-----

-----A Ata nº 1/2012 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	3	0	1	0	18
ABSTENÇÕES	0	1	1	0	1	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 16/AM/2012:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Ata nº 1/2012 da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2012 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 27 de fevereiro de 2012.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Após esta votação, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo	21.00

-----Ata nº 2/2012 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2012 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 5 de março de 2012.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) solicitou que numa das suas intervenções onde dizia “aparece muitas vezes” passasse a dizer “aparece pelo menos trinta vezes”, tendo igualmente solicitado que fosse acrescentado o seguinte texto a uma das intervenções do Sr. Presidente da Câmara Municipal: “Reportando-se à intervenção da Sra. Maria Fernanda Afonso, disse dar alvissaras se a mesma encontrasse as ditas trinta vezes que tinha mencionado na sua intervenção no Regulamento em causa”.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)	21.00
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)	21.01

-----Posto isto foi colocada à votação a Ata nº 2/2012, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	4	1	1	0	22
ABSTENÇÕES	0	1	0	0	1	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 17/AM/2012:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Ata nº 2/2012 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2012 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 5 de março de 2012.-----

-----Ata nº 3/2012 da 3ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2012 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 12 de março de 2012.-----

-----A Ata nº 3/2012 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	4	1	1	0	22
ABSTENÇÕES	0	1	0	0	1	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 18/AM/2012:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Ata nº 3/2012 da 3ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2012 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 12 de março de 2012.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 46/2012 a 115/2012, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 9/2012 a 62/2012, inclusive.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----A Sra. Carla Escarduça (BE) leu o seguinte Voto de Pesar: “Miguel de Sacadura Cabral Portas faleceu no dia 24 de abril de 2012. O país perdeu um insigne político, que viveu para a *res publica* de forma abnegada, persistente e sempre humana, revelando uma constante preocupação pelas pessoas que consubstanciam a nossa democracia e são a razão de ser de todas as instituições. O seu pensamento de esquerda marcou a sua forma de ser e de estar na vida, a luta pela defesa dos direitos dos mais fracos, abrindo caminhos de diálogo com todos os que partilhassem do mesmo ideal. Viveu uma vida plena de ativismo político, social e cultural, através do Partido Comunista, da fundação do Bloco de Esquerda, do Parlamento Europeu, do jornalismo, do contacto com as culturas do mundo, de um pensamento individualizado e firme. Assim, a Assembleia Municipal de Lagos: transmite o seu voto de pesar pela morte de Miguel de Sacadura Cabral Portas, aos familiares, aos amigos íntimos e a todos aqueles que sentirão uma ausência relevante na política nacional.”-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) propôs o cumprimento de um minuto de silêncio em memória do Dr. Miguel Portas.-----

-----Posto isto foi colocado à votação o Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do BE.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 19/AM/2012:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, o Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do BE.-----

Fl. 36v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

-----Seguidamente foi, pelo Plenário, cumprido um minuto de silêncio em memória de Miguel Portas.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE: “No Algarve, o desemprego assume uma expressão terrível: o nosso distrito encerrou o 4º trimestre de 2011 com uma taxa de desemprego de 17,5%, apresentando uma subida do terceiro para o quarto trimestre de 4,2 pontos percentuais, com quase cerca de 40.000 desempregados, a região do país com a mais alta taxa de desemprego. Lagos faz parte desta estatística. Há, por isso, a tomada de consciência da realidade da pobreza, envergonhada ou não, na nossa região e da necessidade estratégica de a minorar. Devemos, por isso, aumentar a nossa atenção aos casos problemáticos que, direta ou indiretamente, conhecemos no nosso concelho. Os lacobrigenses devem ser alertados para a sua responsabilidade na luta contra o desperdício de bens alimentares. O movimento Zero Desperdício, <http://www.zerodesperdicio.pt>, deu o exemplo. O movimento predispõe-se a “ (...) acabar com o desperdício. Nos tempos que correm, o que há a mais num lado está a faltar noutro. O que nós fazemos é equilibrar os dois lados: ter a certeza que aquela refeição do dia não vai para o lixo e que chega de facto à mesa de alguém. E esta não é só uma ação. Nós vamos mais longe. Queremos que seja o dia a dia, queremos mudar a situação atual. Tivemos uma atitude de não aceitar tanto desperdício e propusemos uma solução. Para isso, diariamente se juntam a nós pessoas que têm a mesma visão, que acreditam no mesmo objetivo e se movem por ele. Dedicamos parte da nossa vida a fazer com que outras pessoas possam ter uma vida. Pôr fim a todo o tipo de desperdício.” A operacionalização deste movimento é simples: as refeições que nunca foram servidas, cujo prazo de validade está a chegar ao fim ou que não foram expostas nem estiveram em contacto com o público, são guardadas em embalagens. Depois de recolhidas, as refeições de cada estabelecimento são transportadas para as Entidades Aderentes. Nas Entidades Aderentes, as refeições são organizadas e distribuídas pelas famílias. Face ao exposto, O Bloco de Esquerda vem por este meio recomendar ao Executivo Camarário o seguinte: 1. Criar, através da Divisão de Saúde e Ação Social da Câmara, em parceria com outras instituições como a Santa Casa de Misericórdia de Lagos, a diocese de Lagos, a associação sem fins lucrativos DariAcordar/ movimento Zero Desperdício, <http://www.zerodesperdicio.pt>, um movimento contra o desperdício alimentar, contactando, para o efeito, estabelecimentos comerciais do concelho: restaurantes, cantinas, cafetarias, refeitórios, hotéis, super e hipermercados (entidades aderentes) para, desta forma, minorar as dificuldades sentidas por vários cidadãos de Lagos.”-----

-----A Sra. Carla Escarduça (BE) fez a respetiva introdução do documento.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), disse que o texto tinha que ser corrigido, no seu final, uma vez que não existe uma “diocese de Lagos”.-----

-----A Sra. Carla Escarduça (BE) aceitou a correção ao texto.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Júlio Barroso, informou que a ação sugerida está já a ser desencadeada pelos Serviços da Câmara Municipal, há cerca de dois meses. Acrescentou que o retorno não tem sido tão entusiástico como

era esperado.-----
-----O Sr. João Bravo (PSD) disse que o PSD concorda com o proposto e acrescentou que a medida proposta está a fazer imensa falta no Concelho, sendo que as palavras do Sr. Presidente da Câmara Municipal, só vem dar razão ao voto favorável nesta Proposta.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) perguntou se a ideia era criar uma Associação para gerir a situação proposta.-----

-----A Sra. Carla Escarduca (BE) esclareceu que a ideia é aproveitar as associações que já existem para colocar em prática a situação proposta.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala a seguinte Deputada da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA DEPUTADA MUNICIPAL	HORA
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	21.14

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o BE está a fazer uma Proposta de Recomendação à Câmara Municipal e não à Assembleia Municipal.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) disse que todas as iniciativas desta natureza terão de ser louvadas e folga em saber que a Câmara já está a desenvolver este projeto. Felicitou o BE por ter trazido esta Proposta à Assembleia Municipal.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	21.17

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) informou que o PS não está contra a Proposta de Recomendação apresentada pelo BE, a dúvida punha-se se a ideia era criar um movimento ou aderir a um movimento já existente.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o proposto é importante, mas não resolve o atual problema existente na sociedade, uma vez que esses problemas resolvem-se com emprego, com direitos e com a colocação em prática do que foi conquistado pelo 25 de Abril de 1974. Referiu que o refeitório social foi anunciado há cerca de três anos pela Câmara Municipal, mas o mesmo ainda não funciona, sendo peça importante neste processo.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 20/AM/2012:**

-----**Aprovada,** por unanimidade, a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE: “No Algarve, o desemprego assume uma expressão terrível: o nosso distrito encerrou o 4º trimestre de 2011 com uma taxa de desemprego de 17,5%, apresentando uma subida do terceiro para o quarto trimestre

Fl. 37v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

de 4,2 pontos percentuais, com quase cerca de 40.000 desempregados, a região do país com a mais alta taxa de desemprego. Lagos faz parte desta estatística. Há, por isso, a tomada de consciência da realidade da pobreza, envergonhada ou não, na nossa região e da necessidade estratégica de a minorar. Devemos, por isso, aumentar a nossa atenção aos casos problemáticos que, direta ou indiretamente, conhecemos no nosso concelho. Os lacobrigenses devem ser alertados para a sua responsabilidade na luta contra o desperdício de bens alimentares. O movimento Zero Desperdício, <http://www.zerodesperdicio.pt>, deu o exemplo. O movimento predispõe-se a “ (...) acabar com o desperdício. Nos tempos que correm, o que há a mais num lado está a faltar noutra. O que nós fazemos é equilibrar os dois lados: ter a certeza que aquela refeição do dia não vai para o lixo e que chega de facto à mesa de alguém. E esta não é só uma ação. Nós vamos mais longe. Queremos que seja o dia a dia, queremos mudar a situação atual. Tivemos uma atitude de não aceitar tanto desperdício e propusemos uma solução. Para isso, diariamente se juntam a nós pessoas que têm a mesma visão, que acreditam no mesmo objetivo e se movem por ele. Dedicamos parte da nossa vida a fazer com que outras pessoas possam ter uma vida. Pôr fim a todo o tipo de desperdício.” A operacionalização deste movimento é simples: as refeições que nunca foram servidas, cujo prazo de validade está a chegar ao fim ou que não foram expostas nem estiveram em contacto com o público, são guardadas em embalagens. Depois de recolhidas, as refeições de cada estabelecimento são transportadas para as Entidades Aderentes. Nas Entidades Aderentes, as refeições são organizadas e distribuídas pelas famílias. Face ao exposto, O Bloco de Esquerda vem por este meio recomendar ao Executivo Camarário o seguinte: 1. Criar, através da Divisão de Saúde e Ação Social da Câmara, em parceria com outras instituições como a Santa Casa de Misericórdia de Lagos, a associação sem fins lucrativos DariAcordar/ movimento Zero Desperdício, <http://www.zerodesperdicio.pt>, um movimento contra o desperdício alimentar, contactando, para o efeito, estabelecimentos comerciais do concelho: restaurantes, cantinas, cafetarias, refeitórios, hotéis, super e hipermercados (entidades aderentes) para, desta forma, minorar as dificuldades sentidas por vários cidadãos de Lagos.”--

-----A Sra. Carla Esacarduça (BE) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE: “Considerando o Congresso realizado em 1889, onde o Dia Mundial do Trabalho foi criado, em homenagem à luta de milhares de trabalhadores dos Estados Unidos da América, sujeitos a violenta repressão policial durante a realização, três anos antes, de uma greve geral no centro industrial de Chicago, por melhores condições de trabalho e na luta pelas oito horas de trabalho diárias. 2. Sabendo-se que em Portugal este feriado simbólico foi estabelecido em 1889, primeiro ano em que participou numa reunião operária internacional, estando suspenso durante a vigência do “Estado Novo” salazarista, tendo sido restaurado com a Revolução de abril de 1974. 3. Atendendo a que no próximo dia 1 de maio se comemora o 38.º Aniversário do Dia Internacional do Trabalhador em Liberdade, data que deverá corresponder à inequívoca consolidação da Revolução de abril. 4. Reconhecendo as vitórias consagradas como direitos fundamentais na Constituição da República, tais como o acesso universal ao trabalho, o Serviço Nacional de

Saúde, uma Escola Pública para todos, o direito à greve, a contratação coletiva, contra a insegurança e a instabilidade, assim como as conquistas alcançadas, como a liberdade sindical, a institucionalização do salário mínimo nacional, a generalização do 13.º mês, das pensões de reforma e dos subsídios de férias e do desemprego – que estão a ser postas em causa e a ser destruídas pelo governo da troika. 5. Assumindo os ideais, direitos e garantias preconizados no Dia Internacional do Trabalhador como o pleno emprego, assente na estabilidade, proteção e igualdade social, contra a precariedade e pela justiça social. 6. Entendendo que Portugal tem vindo a sofrer um profundo agravamento da taxa de desemprego com mais de um milhão de desempregados, acompanhado da generalização de desregulações e precariedades no trabalho, correspondentes a uma redução de salários e perda de direitos individuais e coletivos. 7. O 1º de maio é um dia de festa, mas também é um dia de luta. Um dia de luta onde os trabalhadores deverão reafirmar o direito a uma vida digna, lutando contra o governo da troika, contra o desemprego e a precariedade, contra a exclusão e a perda de direitos. Hoje, mais do que nunca importa comemorar o 1º de maio, quando no país o desemprego atinge o valor mais alto da sua história – uma verdadeira calamidade. Esta governação e esta crise precisam de ser vencidas. Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em sessão ordinária no dia 27 de abril de 2012, decide: a) Congratular-se com a passagem dos 38 anos do 1.º de Maio em Liberdade e saudar todos os trabalhadores do Algarve e do concelho de Lagos, assim como os Sindicatos representativos destes trabalhadores. b) Solidarizar-se com todas as iniciativas e lutas dos trabalhadores contra o governo da troika e que promovam os direitos fundamentais conquistados no 1.º de Maio, apelando à participação dos cidadãos Lacobrigenses nos atos comemorativos do Dia Internacional do Trabalhador. c) Divulgar a presente moção, depois de aprovada, nos órgãos de comunicação social.”-----
-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi colocada à votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	18	0	1	1	1	21
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	5

-----**DELIBERAÇÃO Nº 21/AM/2012:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE.-----
-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. João Bravo (PSD): “O PSD, logicamente, não iria votar contra os direitos dos trabalhadores do dia 1 de maio, simplesmente esta Moção tem uma série de considerandos com os quais não podemos estar de acordo. Todos nós sabemos que tivemos que assinar um acordo com a Troika, de modo que temos que dar cumprimento aos acordos que estão assinados, portanto não podemos passar por cima do que existe. Logicamente não podias votar favoravelmente esta Moção.”-----

Fl. 38v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “As câmaras municipais vão receber menos receitas pela cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) porque 5% do valor relativo a 2011 vai ser utilizado no pagamento das avaliações dos imóveis urbanos, conforme portaria nº 106/2012, de 18 de abril. O diploma do Ministério das Finanças prevê que o financiamento da avaliação geral de prédios urbanos seja feito através da receita do IMI: “É afeta às despesas relacionadas com a avaliação geral dos prédios urbanos, uma verba de 5 % da receita tributária do imposto municipal sobre imóveis relativo ao ano de 2011, a arrecadar em 2012. A portaria prevê que as “importâncias retidas mensalmente constituem receita própria não consignada da Autoridade Tributária e Aduaneira”, e entrou em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. Numa altura em que muitos municípios atravessam grandes dificuldades financeiras e considerando que é ao Estado que compete fazer a reavaliação dos imóveis. O eleito da CDU propõe que: A Assembleia Municipal de Lagos reunida a 30 de abril de 2012 delibere manifestar ao ministro das Finanças o seu protesto pela retenção de 5% do IMI, medida que agravará a situação financeira dos municípios.”-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) anunciou que o PSD ia votar a favor da Proposta da CDU porque os Membros da Bancada do PSD, antes de serem militantes do PSD, são munícipes eleitos pela população lacobrigense e como tal têm que esquecer um pouco as políticas nacionais e defender os interesses daqueles que os elegeram. Disse que a situação financeira do País é grave e é necessária a arrecadação de receitas, mas as Câmaras já estão a ser bastante penalizadas e cinco por cento do valor relativo ao IMI de 2011, é uma verba considerável e vai fazer transtorno nos orçamentos camarários. Referiu que esta retenção podia ser feita pelo Estado, mas não com esta percentagem e nem nesta altura, uma vez que só em 2012 é que entram em vigor as alterações ao IMI e a medida vem cair já sobre o IMI de 2011.--

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), informou que as Câmaras do Algarve vão perder cerca de seis milhões de euros com a implementação desta Portaria.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 22/AM/2012:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “O projeto de liquidação de centenas de freguesias que o governo e a respetiva maioria parlamentar insistem em consumir, a pretexto do memorando de entendimento com a Troika e numa atitude de subserviência e alienação dos interesses e valores nacionais, visa outros e inaceitáveis objetivos: - Empobrecimento democrático (traduzido na redução de mais de 20 mil eleitos); - Enfraquecimento da afirmação, defesa e representação dos interesses e aspirações das populações que a presença de órgãos autárquicos assegura, com o aprofundamento das assimetrias e perda de coesão (territorial,

social e económica); - O abandono ainda maior das populações; - O acentuar da desertificação, e - Ainda que falsamente o neguem, um ataque ao emprego público (milhares de trabalhadores das freguesias extintas, cujo destino futuro será o despedimento ou a mobilidade). Os argumentos usados para justificar esta ofensiva são falsos e injustificados. Ao contrário do «reforço da coesão» o que daqui resultará serão mais assimetrias e desigualdades. Os efeitos dos processos de aglomeração são, como comprovadamente se conhece, adversos à coesão. Juntar os territórios mais fortes, mais ricos ou com mais população com os mais fracos ou menos populosos – seja em áreas rurais ou urbanas – traduzir-se-á em mais atracão para os primeiros (os que sobreviverão como freguesias) e mais abandono dos segundos (os que verão as suas freguesias liquidadas). Ou seja, mais abandono, menos investimento local, menos coesão para quem menos tem e pode. Em vez de « ganhos de eficiência e de escala» que resultariam da «libertação de recursos financeiros » o que se terá é menos proximidade e resposta direta aos problemas locais, com menos verbas e menos recursos disponíveis. No seu conjunto, o nível de freguesias da administração local terá, de facto, menos verbas. Qualquer reforma administrativa do território que se pretendesse séria daria resposta a duas questões cruciais distintas embora convergentes: Primeira, não a liquidação de centenas de autarquias mas, sim a concretização da regionalização como a Constituição da república determina, indispensável a um processo de descentralização que se pretenda coerente, a uma reforma da administração pública racional, ao desenvolvimento económico regional e à defesa da autonomia municipal. Segunda, não a liquidação da expressão de representação política traduzida na existência de órgãos autárquicos em centenas de freguesias, mas sim a criação de condições e a afetação dos meios indispensáveis ao exercício das atribuições e competências que hoje são negadas ao poder local. Olhando para a entidade «freguesia» representa em termos do Orçamento de estado – 0,1% do total – e à circunstância de em nada contribuir para a dívida pública, mais exposta fica a intenção do Governo: atacar o poder local e o direito das populações ao bem estar e à satisfação das suas necessidades locais. Hoje são as freguesias, amanhã, como já se insinua, serão os municípios. A manifestação do dia 31 de março convocada pela ANAFRE e por numerosas plataformas contra a liquidação das freguesias, constituiu uma inapagável resposta das populações em defesa da sua identidade e raízes, uma poderosa expressão de afirmação dos seus direitos e identificação com as suas freguesias e respetivos órgãos autárquicos. Insensíveis à tomada de posição de milhares de Freguesias, Assembleias Municipais, Câmaras Municipais, Assembleias Metropolitanas e Associações e à vontade expressa na grandiosa manifestação de 31 de março que reuniu mais de 200 mil pessoas, o PSD e o CDS aprovaram no passado dia 13 de abril na Assembleia da República a proposta de Lei nº 44/ XII/1ª apresentada pelo Governo. Considerando o atrás exposto o eleito da CDU na assembleia Municipal de Lagos propõe: Que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 30 de abril de 2012 delibere. 1. Saudar a ANAFRE e por seu intermédio todos os trabalhadores, populações e autarcas que participaram na grandiosa manifestação no dia 31 de março contra a extinção das freguesias. 2. Manifestar à

Fl. 39v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Assembleia da República, Presidência da república e Governo o nosso mais vivo protesto pela aprovação da proposta de Lei nº 44/XII/1ª que representa um grave ataque ao poder local saído do 25 de Abril.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada à votação a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	18	0	0	1	1	20
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	1	0	0	6

-----**DELIBERAÇÃO Nº 23/AM/2012:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “O Governo recusa divulgar os números exatos do abandono no ensino superior. Mas a realidade de todos os dias confirma que cada vez mais jovens são obrigados a abandonar o ensino superior por não terem dinheiro para pagar os custos exorbitantes com propinas, transportes, alimentação e material escolar. Por dia 100 estudantes serão atirados para fora do ensino superior. As dificuldades económicas, a dificuldade de acesso à bolsa de estudo e o aumento do valor das propinas, são apontados como as causas pelos serviços de ação social das instituições. É inaceitável que desde 2009 sejam públicos relatos de estudantes universitários que recorrem ao Banco Alimentar para matar a fome, e que a resposta encontrada seja cortar, aumentar propinas e cortar no passe sub – 23. No artigo 73º da Constituição da república Portuguesa lê-se que «Todos têm direito à educação e à cultura», e que para tal «O estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação (...) contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais». Há muito que estudar no ensino superior já não é para quem quer é para quem pode pagar. No ano letivo 2009/2010 em 75 mil estudantes bolseiros de ação social apenas 119 recebiam a bolsa máxima. Em 2010/2011 com a aplicação do Decreto – Lei nº 70/2010, 11 mil estudantes perderam bolsa e 12 mil estudantes tiveram redução no valor da bolsa. Passados 8 meses do início das aulas, o governo finalmente apresentou números que revelam um corte brutal de mais de 15 600 bolsas de estudo. Em 2 anos cerca de 26 600 estudantes perderam a bolsa de estudo. Num universo de 400 mil estudantes, 50 mil tiveram bolsa de estudo. No nosso município todos os anos por dificuldades económicas largas dezenas de jovens se candidatam às bolsas de estudo municipais. Este ano letivo foram atribuídas 45 bolsas de estudo, cujo valor sofreu redução, mas só no passado dia 24 de abril foram pagos apenas os 2 primeiros meses. Face ao exposto o eleito da CDU propõe que: A Assembleia Municipal de Lagos reunida no dia 30 de abril de 2012 delibere: 1. Manifestar à Assembleia da República, Presidência da República e Governo a mais profunda apreensão pela situação em

que se encontra o ensino universitário e exigir políticas de financiamento do ensino superior público e ação social escolar de forma a dar cumprimento ao artigo 73º da Constituição da República Portuguesa. 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lagos que seja dada prioridade ao pagamento das bolsas de estudo de forma a evitar o abandono escolar dos estudantes universitários a quem foram atribuídas bolsas de estudo.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada à votação a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 24/AM/2012:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Em 16 de dezembro de 2004 entrou em vigor a última alteração ao Regulamento de Atividades nos Mercados e Feiras de Lagos. Uma das alterações introduzidas, para a qual, na devida altura alertámos e que mais recentemente tem sido alvo de preocupação e de contestação por parte dos ocupantes dos mercados Municipais, prende-se com o estipulado no artº 20º do citado Regulamento. O artº 20º determina o prazo de direito de ocupação, nomeadamente, no seu nº 1 «A autorização de ocupação terá como limite temporal o prazo de 10 anos, findo o qual deverá ser aberto novo concurso». O nº 2 deste artº determina ainda que «O titular do direito de ocupação caducado por efeito do decurso do prazo, terá direito de preferência no concurso para concessão referido no número anterior». Os ocupantes dos Mercados, anteriores à data desta alteração, quando concorreram a espaços nos Mercados e lhes foi conferido o direito à ocupação não existia a regra prevista no artº 20º que passou a determinar o prazo de ocupação de 10 anos. Tomando como exemplo o Mercado Municipal de Santo Amaro em que a sua ocupação foi adjudicada, em reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 10 de setembro de 1991, cuja arrematação atingiu valores muito significativos para a época, como são exemplo a Cafeteria 16 800 contos, um Talho 5 700 contos, uma loja 2 700 contos, uma banca de Peixe 1 300 contos, uma loja de congelados 1 080 contos e uma banca de fruta 360 contos, valores a que acrescia o IVA. Para além dos valores pagos pela arrematação dos espaços, os seus ocupantes têm ao longo dos anos, pago mensalmente as taxas de ocupação que estão sujeitas a atualizações anuais. Dado não estar salvaguardada a situação das ocupações anteriores à entrada em vigor do atual Regulamento. O Eleito da CDU na Assembleia Municipal de Lagos propõe: Que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 30 de abril de 2012 delibere aprovar a introdução de um ponto 3 no artº 20º do Regulamento de Atividades nos Mercados e Feiras de Lagos com o seguinte teor: Ponto 3 – Este artigo não tem efeitos retroativos, não se aplicando às ocupações nos Mercados Municipais anteriores a 16 de dezembro de 2004, data da sua entrada em vigor. Delibere ainda comunicar à Câmara Municipal o teor desta deliberação, para os devidos efeitos.”-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que a Proposta apresentada pela CDU não podia ser votada uma vez que Propostas de Alteração a

Fl. 40v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Regulamentos Municipais têm que ser apresentados à Assembleia Municipal pela Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Declaração entregue pela CDU: “A 1 de maio de 1886, uma greve geral pelas 8 horas de trabalho diário, esteve na origem da conquista da jornada de trabalho diária de 8 horas. Essa greve geral, com início a 1 de maio de 1886, na qual participaram centenas de milhares de operários, em vários Estados dos Estados Unidos da América, prolongou-se por vários dias, apesar da repressão violenta que desabou sobre os grevistas, particularmente na cidade de Chicago, provocando várias mortes e centenas de feridos, além de inúmeras prisões. Os acontecimentos de maio de 1886, em Chicago, tiveram um grande significado, não somente para os operários norte americanos, mas também para todo o proletariado mundial. Nesse sentido, em 1889, num congresso operário realizado em Paris, resolveram internacionalizar, o dia 1 de maio, declarando-o dia de luta dos trabalhadores. Comemorar hoje o dia 1 de maio, é comemorar e defender uma luta que tem as suas raízes no processo emancipador dos trabalhadores e do povo ao longo da história. Uma luta que, no nosso país, tem os valores de abril como referência essencial, e os vê como parte integrante do futuro de Portugal. Uma luta que tem na classe operária e nas massas trabalhadoras e populares os seus protagonistas essenciais. Uma luta que se apresenta na situação atual, como indispensável para enfrentar e derrotar a política antipatriótica, de direita e antipopular, ao serviço dos interesses do grande capital, substituindo-a por uma política patriótica e de esquerda, ao serviço dos interesses dos trabalhadores, do povo e do país. Neste 1º de maio, há que dizer BASTA! A estas políticas. Há que fortalecer perspetivas, rumo a um futuro inspirado em abril, nas suas conquistas revolucionárias e progressistas, nos seus valores. Há que afirmar, de forma inequívoca, a vontade e necessidade de retomar o caminho que abril abriu e que maio nos mostrou ser possível: o caminho da liberdade, da justiça social, da independência nacional, do respeito pelos direitos do trabalhador e dos cidadãos.”-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) louvou a Associação de Dança de Lagos pelo facto de ter ficado, pelo segundo ano consecutivo, no primeiro lugar na Dançarte. Referiu que, apesar das dificuldades pelas quais estão a passar as Associações, estas ainda desenvolvem um trabalho meritório e isso é de louvar.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 21 horas e 44 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 9 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que a Informação do Sr. Presidente da Câmara, não foi enviada dentro do prazo definido pela legislação que são cinco dias antes da data da Sessão.-----

-----Posto isto, foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 25/AM/2012:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE CIRCULAÇÃO E ESTACIONAMENTO NA ZONA INTRA-MURALHAS, NA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E NOS PARQUES COBERTOS DA CIDADE DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-512-15.-----

-----Foram presentes ao Plenário os seguinte Documentos:-----

-----Documento apresentado pelo Grupo Municipal do CDS: “O CDS – PP, não apresenta qualquer contributo para a regulação da circulação e estacionamento na zona intramuralhas, na zona de estacionamento de duração limitada e nos parques cobertos da cidade de Lagos, apresentada pelo executivo, atendendo a: 1 – Não considerar, ser o momento correto para a introdução de mais taxas, para a circulação de pessoas e bens nas zonas pretendidas a intervencionar. 2 – Em alternativa considera que se deveria fazer o estudo casuístico, rua a rua para tentar melhorara o estacionamento nas ruas mais problemáticas e com mais dificuldades de estacionamento, onde deveriam ser colocados parquímetros. 3 – O pagamento seria só praticado durante a semana excetuando fins de semana e feriados.”-----

-----Documento apresentado pelo Grupo Municipal do BE: “Considerando que: - no espírito geral da Constituição da República Portuguesa, afigura-se como um direito fundamental a liberdade do cidadão, em que se pode incluir a livre circulação pelo espaço público, sendo evidente que a circulação automóvel insere-se nesse princípio; - a limitação da circulação/estacionamento automóvel deve ser ponderada com grande rigor, devendo-se medir devidamente os prós e contras, uma vez que a insipiente política de transportes coletivos e de circulação ciclável não se constitui como verdadeiro substituto do automóvel neste concelho e nesta cidade (vide a redução da Onda); - o Bloco de Esquerda tem por princípios a defesa do património e do ambiente natural e humano, sendo que a limitação da circulação automóvel deve ser promovida e devem ser criadas condições para promover este desígnio, de forma a não ferir a mobilidade dos cidadãos, fundamental para a realização de atividades económicas e do lazer (de que esta cidade tanto beneficia); - a questão fundamental a mobilidade revela grande complexidade, porque interfere com todo o tecido económico, social, cultural, lúdico de uma cidade, podendo transformar boas ideias em ações mortíferas para o desenvolvimento urbano; - neste caso, em concreto, importantes bolsas de estacionamento extramuros e fora da zona ribeirinha mais movimentada passarão a estar abrangidos por pagamento, não se vislumbrando qualquer efeito dissuador de entrada e permanência no centro da cidade; - dois critérios que deveriam ser estabelecidos muito claramente seriam os de preservação do núcleo histórico (correspondendo à Zona Intramuros) e de

Fl. 41v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

promoção da atividade económica na zona ribeirinha, através da maior rotação do estacionamento; - o regulamento proposto extravasa largamente as áreas referidas e não estabelece quaisquer tarifas, deixando antever que a cobrança do estacionamento pode ter apenas como fim a obtenção de dividendos financeiros e não o de ser um útil instrumento de regulação urbana. Assim sendo, o Bloco de Esquerda propõe que: - o atual regulamento apresente os motivos da sua realização, em que é omissivo;- sejam imediatamente definidas e apresentadas as tarifas, sendo estas acessíveis e variáveis, de acordo com a sazonalidade da mobilidade urbana desta cidade; - a Zona Intramuros (ZIM), conforme definida por este regulamento, permita a livre circulação de veículos, com exceção dos veículos referidos no art. 6º, por se considerar que não tem trânsito que justifique tal condicionamento, devido à sua malha rodoviária irregular e estreita, fora dos principais eixos de circulação, sendo dominada pelo trânsito local; - os lugares avançados não possam totalizar mais de 5% do total de lugares disponíveis; - haja apenas duas áreas de estacionamento pago (vide anexo): a) A ZONA RIBEIRINA (ZR), correspondente à Avenida dos Descobrimentos, entre o Forte da Bandeira e a Rua Dr. José Cabrita, com tarifa paga por residentes ou não; b) os parques cobertos, já com tarifa aplicada; - o estacionamento na ZIM seja gratuito para residentes e trabalhadores da zona e proibido a outros veículos, com as exceções já regulamentadas; - seja criada uma bolsa de estacionamento (40 a 50 lugares) dentro da ZIM, no parque Dr. Júdice Cabral, com entrada/saída pela rua da Atalaia; - sejam consideradas Bolsas de Estacionamento Gratuito (BEG) os estacionamentos confinantes (vide anexo): a) à Avenida dos Descobrimentos, defronte do Lar Lucinda Anino dos Santos, e acima da Praia da Batata; b) às Ruas da Gafaria, Biker e Infante de Sagres.”-----

-----Este Documento fazia-se acompanhar da seguinte imagem:

-----Documento apresentado pelo Grupo Municipal do PS: “Artº 5º, nº 2 – O título de circulação confere o direito a circular e estacionar gratuitamente, por um período de tempo máximo de 90 min. Nº 3 – (...) está sujeito ao pagamento de uma tarifa com os seguintes valores: 1ª fração de 15 minutos: 1,6€; 2ª a 5ª fração: 0,8€; 6ª fração seguintes: 1€. Valor máximo diário: 1,5 x valor máximo aplicável no parque de estacionamento da frente ribeirinha. Artº 8º - Nº 2 – (...) pela Câmara Municipal, após auscultação dos comerciantes da área de influência da zona em causa. Art. 14º - Nº 2 – (...) no número anterior e a implementação de uma tarifa diária. Artº 42º - Nº 1 – (...) até ao máximo de três títulos de circulação por fogo (...) b) Um título de circulação ao qual acresce (...). Artº 45º - Nº 1 – (...) até ao máximo de três títulos de circulação por fogo (...) b) Um título de circulação ao qual acresce (...) Aditamentos ao regulamento, a figurar em anexos: A. Não criação de nova ZEDL prevista na zona da Porta dos Quartos, (Rua do Biker, R. Infante de Sagres, parque estacionamento à superfície no Anel Verde, parque de estacionamento do “Raminhos”) B. Possibilidade de circular entre bolsa de circulação (excecionando a Bolsa Central).”-----

-----A Sra. Carla Escarduça (BE) perguntou quem iria fiscalizar o estacionamento irregular no Centro Histórico e qual o limite máximo de permanência. Disse que o Documento apresentado pelo PS não altera, de uma forma essencial, o documento já existente. Referiu que o grande problema do estacionamento no Centro Histórico tem a ver com o estacionamento abusivo, sobretudo no verão.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Júlio Barroso, disse que o que está previsto é fazer um controlo em cada uma das portas de entrada do Centro Histórico, das entradas e das saídas dos veículos. Referiu que este Regulamento pretende dar algumas respostas a situações verificadas com o estacionamento no Centro Histórico, dando prioridade aos habitantes do Centro Histórico, aos utilizadores do espaço e às cargas e descargas, dando ainda a possibilidade de qualquer cidadão entrar com a sua viatura no Centro Histórico, ao contrário do que está a acontecer no presente. Acrescentou que o facto de existir fiscalização nas portas de entrada e saída do Centro Histórico, faz com que não seja necessário fiscalização no espaço em questão.-----

-----A Sra. Carla Escarduça (BE) disse que essa questão da fiscalização não estava bem clarificada no Regulamento.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que o Regulamento apenas aponta os aspetos regulamentares e teóricos; a aplicação daquilo que o Regulamento diz será depois desenvolvido. Referiu que o Regulamento servirá para disciplinar a circulação e o estacionamento no Centro Histórico, dar melhores condições às pessoas que moram no Centro Histórico e permitir que todos possam deslocar-se de carro ao Centro Histórico. Afirmou que o Centro Histórico não é um local de estacionamento, uma vez que estacionamento há muito na orla do Centro Histórico,. Acrescentou que o Centro Histórico é um local onde vivem pessoas que têm o direito a levar o carro até à sua porta, dentro do possível.-----

-----A Sra. Carla Escarduça (BE) disse que a colocação do sistema de fiscalização nas portas do Centro Histórico está dependente de uma verba que está associada a

Fl. 42v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

um projeto a que a Câmara concorreu para a reabilitação do Centro Histórico, sendo que este Regulamento, a ser aprovado, entrará em vigor em junho, por isso perguntou qual a data prevista para a Câmara receber a verba vinda da candidatura.--

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que em breve virá à Assembleia Municipal, por parte da Câmara, a declaração de uma área de reabilitação urbana de acordo com legislação própria, sendo que um dos projetos integrados na Área de Reabilitação Urbana (ARU) é o projeto da mobilidade do Centro Histórico, sendo que a existência do Regulamento em causa está ligado à ARU. Informou que a candidatura de Lagos já foi entregue, mas não sabe quando irá receber a verba. Referiu que o facto de estar prevista uma data para o início da implementação do Regulamento não significa que todas as medidas previstas no Regulamento sejam imediatamente colocadas em prática.-----

-----A Sra. Carla Escarduça (BE) disse que quando se mexe na mobilidade, inevitavelmente isso vai interferir, no caso de Lagos, no tecido económico, turístico, cultural e de lazer, e muitas das vezes uma boa medida pode afastar as pessoas do centro e diminuir a circulação na zona comercial, achando que é isso que se irá verificar quando o Regulamento em questão for colocado em prática. Referiu que quando se fala de regulamentação, circulação e estacionamento isso faz sentido em zonas onde é de facto muito grande a área. Disse que na zona intramuralhas coloca-se a situação do estacionamento, mas com esta regulamentação prevista, o problema do estacionamento vai continuar, uma vez que há um défice de lugares na zona histórica, por isso o BE sugere a criação de uma bolsa de estacionamento no Parque Júdice Cabral, só para residentes. Disse que toda esta alteração só faz sentido em rua bastante movimentadas se, à medida que nos afastamos do Centro da cidade, se verifique a existência de bolsas de estacionamento gratuitas, mas este Regulamento anula todas essas bolsas. Afirmou que a médio, longo prazo, este Regulamento vai afastar as pessoas de deslocações mais prolongadas no Centro Histórico e quem sofre com tudo isso é o comércio.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que este assunto foi discutido na Sessão Ordinária de fevereiro de 2012 da Assembleia Municipal, tendo o mesmo baixado à Comissão Permanente, onde a CDU apresentou um documento com dezoito pontos, vendo os mesmos como contributos para reflexão. Sobre a ARU disse que a Câmara informa que o documento virá à Assembleia Municipal, mas entretanto já foi entregue a candidatura. Disse que tem conhecimento de que a ARU será para desenvolver durante dez, quinze anos, pelo que considera que as medidas transitórias para a circulação no Centro Histórico, aprovadas em dois mil e dez, se podiam mater, com alguns melhoramentos, até surgir um estudo final, sobre a problemática da circulação e estacionamento no Centro Histórico.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que foi o PS que propôs que este assunto baixasse à Comissão Permanente, no sentido de serem ouvidos todos os Grupos Municipais, com o intuito de se chegar a um consenso sobre este assunto, situação que não se veio a verificar. Referiu que todos concordam que tem que haver um Regulamento mas, estranhamente e apesar de haver uma base de trabalho, não surgiram propostas para melhorar o

Regulamento proposto pela Câmara Municipal. Disse que a CDU apresentou um documento com dezoito pontos, mas sempre defendeu que deveria haver mais estudos, o que é uma situação que não resolve o problema, pois a elaboração do estudo, mais a análise do mesmo, leva o seu tempo e andar de estudo em estudo não resolve os problemas. Referindo-se ao BE disse que a Deputada Municipal que hoje ocupa a bancada não deve estar informada a cem por cento sobre o assunto, pelo que se verifica algumas contradições no discurso e algumas interrogações que já tinham sido esclarecidas com a Deputada Municipal efetiva do BE. Lamentou a falta de contributos por parte do PSD, acrescentando que gostaria de saber qual a posição do PSD sobre o Regulamento. Em relação ao CDS disse que nada de relevante traz para a discussão do assunto. Disse que este Regulamento pretende trazer pessoas ao centro da cidade e não afastá-las, acrescentando que este documento é um documento aberto a futuras alterações. Terminou lamentando o não aproveitamento da oportunidade que os Grupos Municipais tiveram para contribuir para a elaboração de um Regulamento.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) disse que a posição do PSD sobre este assunto foi expressa aquando da primeira passagem do mesmo pela Assembleia Municipal, ou seja, o PSD não é contra o Regulamento, mas sim contra a filosofia que está por detrás do aparecimento deste Regulamento. Referiu que o Regulamento não pode ser uma peça isolada no meio de tudo isto que é a reabilitação do Centro Histórico. Disse que depois da ARU estar em prática é que se devia pensar na mobilidade. Afirmou que não se pode esperar que uma só medida resolva os problemas do Centro Histórico. Recordou que ainda não se sabe se vai haver financiamento para a ARU, e sem financiamento esta fica esvaziada. Referiu que não fazia sentido o PSD estar a apresentar e a dar contributos para a atual proposta de Regulamento.-----

-----O Sr. Rui Santos (PS) disse que o BE, no seu documento, esqueceu-se da circulação pedonal, sendo da opinião de que este Regulamento beneficia a circulação pedonal e que o BE entra em contradição no texto do documento apresentado. Referiu que deve ser promovida a limitação de circulação automóvel no Centro Histórico, protegendo o núcleo histórico da cidade. Em relação a estacionamento gratuito, disse que o PS propõe espaços junto a uma entrada para o Centro Histórico que leva largas centenas de viaturas.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) lamenta o facto de todos os Grupos Municipais terem concordado com o baixar do documento à Comissão Permanente, na reunião do dia 5 de março, onde foi bastante crítica em relação à proposta de Regulamento apresentada pela Câmara Municipal, e depois, em sede da Comissão Permanente, os contributos terem sido poucos e pouco válidos. Referiu que o PS tinha dado um bom contributo para alteração da proposta de Regulamento apresentada pela Câmara Municipal, clarificando alguns pontos que não estavam bem definidos, sugerindo a não criação de estacionamento pago na zona da Porta do Quartos e a circulação entre bolsas de circulação. Disse que o contributo do PS poderá não agradar à Câmara Municipal, mas é o que o PS acha melhor para a cidade.-----

Fl. 43v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) disse que o facto do CDS anuir o facto do Regulamento baixar à Comissão Permanente, não significa que o CDS estivesse de acordo. Referiu que a aprovação do Regulamento não é condição *sine qua non* para o projeto da Área de Reabilitação Urbana. Disse que seria de esperar pela aprovação da ARU antes de ser aprovado o Regulamento. É da opinião de que deveria ser elaborado um estudo para serem aplicadas soluções específicas nas zonas mais problemáticas do Centro Histórico. Disse que a situação dos pinos hidráulicos vai criar uma cidade fechada e isso traz consequências.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que quando foi pedido para baixar o documento à Comissão Permanente, não foi para encontrar uma posição de conjunto, uma vez que, durante a discussão do assunto, tinham sido expressas posições contra o Regulamento, pelo que a Comissão Permanente ficou à espera de que quem pediu para baixar o assunto, apresentasse propostas e essas só apareceram tarde, quando já a CDU tinha dado a sua contribuição. Em termos de mobilidade disse que a prioridade no Centro Histórico deveria ser dada ao peão e não às viaturas. Afirmou que a Assembleia Municipal pode dar opiniões e sugerir alterações, mas não tem que elaborar Regulamentos Municipais. Disse que o Regulamento deve ser assente em duas ideias, a prioridade dos peões e a circulação universal. Referiu que as propostas que a CDU podia dar não era uma alternativa ao Regulamento, uma vez que tinha manifestado a sua oposição a este conceito de circulação do Centro Histórico. Acrescentou que este assunto não é situação nova e pelo País há muitos bons exemplos que podem ser aproveitados.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) disse que não foi o PSD que solicitou a retirada do Regulamento, na reunião da Assembleia Municipal, realizada no dia 5 de março, por isso o PS não deve forçar o PSD a ser parceiro do PS na posição tomada em relação à retirada do Regulamento, uma vez que o PSD estava pronto a votar o Ponto, assumindo a sua posição, reiterada já nesta reunião. Referindo-se às propostas de alteração ao Regulamento, apresentadas pelo PS, disse que não são as alterações apresentadas que vão alterar a posição de voto do PSD em relação ao dia em que o assunto veio pela primeira vez à Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) lamentou o facto de se ter perdido, mais uma vez, a oportunidade para discutir a mobilidade urbana da cidade. Disse que a filosofia deste Regulamento é a abertura da circulação automóvel a todos, coisa que não se verifica atualmente, o que encaixa na ideia da CDU quando esta bancada fala em “circulação universal”. Referiu que o PSD é contra a filosofia deste Regulamento.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Júlio Barroso, agradeceu o esforço demonstrado pelas Bancadas no sentido de se procurar uma solução, apesar de em alguns casos o esforço poder ter sido maior. Disse ter só nesta reunião percebido que nem todas as Bancadas estavam disponíveis para melhorar o Regulamento. Percebeu que algumas Bancadas não concordam com a filosofia, ou acham que os estudos são insuficientes, ou entende que isto é uma medida avulsa e que as medidas avulsas não são boas, ou acham que este tema é muito difícil de tratar, porque cria problemas às pessoas, ou porque não é respondida a questão do deficit de estacionamento, ou porque faltam lugares de estacionamento livre na

proposta de Regulamento apresentada, ou que as normas provisórias, muitas vezes criticadas, ainda servem por mais alguns anos, ou porque este Regulamento devia esperar pelo andamento da ARU. Disse que o PSD não está contra o Regulamento, mas sim contra a filosofia, não percebendo qual é essa filosofia. Referiu que o que está em causa é quem é que pode entrar no Centro Histórico e quem é que pode edever circular e quem pode e deve estacionar dentro do mesmo. Esclareceu que há muito tempo que a Câmara estuda este assunto. Afirmou que a Câmara fez aquilo que era a sua obrigação depois de longos anos de muita discussão, análise e estudo. Disse que um Regulamento sozinho não resolve nada, mas é necessário haver Regulamentos. Admitiu que a entrada num novo processo de discussão da cidade com a ARU, traga novas perspetivas de análise do problema, mas não acredita que tudo isso traga soluções muito diferentes das apresentadas. Disse aceitar o repto de fazer mais estudos e de integrar na ARU esta problemática, que é um assunto que carece da mais ampla aprovação e a mais ampla solidariedade de todos os agentes políticos e por isso a Câmara Municipal retira o assunto da Ordem do Dia.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS), com a retirada do Ponto da Ordem do dia por parte da Câmara Municipal, concluiu que qualquer proposta que venha alterar aquilo que a Câmara já decidiu não é nunca uma boa proposta, venha ela de que bancada vier.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) disse que com a retirada deste Ponto da Ordem do Dia o Sr. Presidente da Câmara Municipal deu um exemplo de grande coerência e boa vontade em resolver os problemas dos munícipes, e mostrou respeito para com todas as forças partidárias presentes na Assembleia Municipal de Lagos.-----

-----Posto isto foi retirado da Ordem do Dia, a pedido da Câmara Municipal, o Ponto 1 - **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE CIRCULAÇÃO E ESTACIONAMENTO NA ZONA INTRA-MURALHAS, NA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E NOS PARQUES COBERTOS DA CIDADE DE LAGOS.**-----

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012 – ANOS SEGUINTE:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 512-20.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da **1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012 – ANOS SEGUINTE**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	18	5	1	0	0	24
ABSTENÇÕES	0	0	0	1	1	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

Fl. 44v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

-----**DELIBERAÇÃO Nº 26/AM/2012:**

-----**Aprovada**, por maioria, a 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano para o ano 2012 – anos seguintes, nos termos consignados nas alíneas b) e o) do nº 2 do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 7 de março de 2012.-----

-----**PONTO 3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO SITA NA RUA DA ESPERANÇA – BAIRRO DA ABRÓTEA - FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 512-21.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação **DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO SITA NA RUA DA ESPERANÇA – BAIRRO DA ABRÓTEA - FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO.**-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 27/AM/2012:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, autorizar a desafetação do domínio público de uma parcela de terreno a seguir identificada, para alienação à proprietária do prédio sito na Rua da Esperança nº 1 e Beco da Abrótea nº 4 em Lagos, destinada a criar uma faixa de proteção à sua habitação: - Parcela de terreno, sita na Rua da Esperança, Bairro da Abrótea, em Lagos, freguesia de S. Sebastião, com a área de 14,80m², que confronta do norte e do poente com Sílvia Alexandre Marreiros Fonseca, do sul e nascente com a Rua da Esperança, com o valor de 3 050,00€ (três mil e cinquenta euros) e sem qualquer capacidade de edificação, à exceção de um muro com 0,90m de altura, nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do nº 4, do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 7 de março de 2012.-----

-----Não participou nesta votação por se encontrar ausente da sala o Sr. João Henrique (PS).-----

-----**PONTO 4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO SITA NA RUA SACADURA CABRAL - FREGUESIA DE SANTA MARIA:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 512-22.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) disse que o terreno em causa na Rua Sacadura Cabral, atualmente, serve de retorno a quem entra nessa rua, por isso perguntou onde depois iria ser feito o retorno dos veículos nessa mesma rua. Perguntou o que ia ser feito nos terrenos junto às Torres da Ponta da Piedade após a conclusão da obra.-----

-----A Sra. Carla Escarduça (BE), em relação ao alargamento do Modelo de Lagos, perguntou se o alargamento tinha a ver com o aumento do supermercado ou com a abertura de outras lojas, ou seja, um pequeno centro comercial. Em relação ao acordo assinado entre o Grupo Sonae e a Câmara Municipal, disse que o mesmo é positivo, dentro dos possíveis, mas se for criada uma zona comercial no Modelo, essa situação não é muito bem vista pelo BE, na medida em que isso poderá trazer prejuízos para o comércio tradicional.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a Assembleia só irá deliberar sobre a desafetação e a permuta, o resto são opiniões. Referiu que todo este acordo entre a Câmara e o Grupo Sonae traz grandes vantagens para o Grupo.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Júlio Barroso, disse que o retorno do trânsito automóvel na Rua Sacadura Cabral passará a ser feito onde hoje é a entrada para o Parque de Estacionamento imediatamente antes, ou mesmo para a frente do hotel, uma vez que toda aquela zona vai ser alvo de uma reformulação, onde está contemplada mais construção. Em relação às Torres da Ponta da Piedade disse que o acordado, depois de muitas conversações, foi a conclusão das mesmas com dez pisos e informou que as zonas envolventes às Torres não vão ser edificadas, passam a ser estacionamento, corte de ténis e piscinas. A Sonae é detentora de um outro terreno perto das Torres que já tem um projeto aprovado e é para avançar quando o Grupo assim o entender. Sobre o alargamento do espaço comercial do Modelo disse que ao que sabe a ideia é trazer para parte do estacionamento à superfície as lojas que estão dentro do supermercado. Referiu que tudo isto traz benefícios para o Grupo Soane, mas também traz benefícios para o Município.-----

-----**SAÍDA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** durante esta intervenção, ausentou-se definitivamente da sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	23.51

-----O Sr. João Bravo (PSD) anunciou o voto favorável neste Ponto da Ordem do Dia, acrescentando que apesar de ter algumas dúvidas a cidade tem mais a ganhar com este protocolo do que sem o mesmo.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO SITA NA RUA SACADURA CABRAL - FREGUESIA DE SANTA MARIA**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

Fl. 45v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS**

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	17	5	1	0	0	23
ABSTENÇÕES	0	0	0	1	1	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 28/AM/2012:**

-----**Deliberado**, por maioria, autorizar a desafetação do “Terreno da Raquete”, sito na Rua Sacadura Cabral, freguesia de Santa Maria, atualmente destinado a via pública e estacionamento, com a área de 893m², e com o valor de 829.590,00€ (oitocentos e vinte e nove mil quinhentos e noventa euros), bem como autorizar a alienação da dita parcela através da permuta com o bem futuro que corresponderá a uma fração autónoma a construir nesse mesmo lote, acrescido do terreno, sito na Rua do Baluarte, com a área aproximada de 4000m², e com o valor também atribuído pela comissão permanente de avaliação do património municipal e aceite pelas partes (Câmara Municipal de Lagos e Grupo SONAE) de 737.170,00€ (setecentos e trinta e sete mil, cento e setenta euros), e ainda a quantia de 120.000,00€ (cento e vinte mil euros), nos termos e para os efeitos previstos na alíneas i) do nº 2 e b) do nº 4, do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 7 de março de 2012.-----

-----**PONTO 5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES PARA AS ESCOLAS EB1 E JARDINS DE INFÂNCIA – ANOS 2012-2015:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 512-23.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação do **CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES PARA AS ESCOLAS EB1 E JARDINS DE INFÂNCIA – ANOS 2012-2015.**-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 29/AM/2012:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, autorizar a repartição de encargos, para os efeitos indicados no nº 1, conjugado com o nº 6 do artº 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, resultantes da aquisição de serviços que dará lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, referente ao Concurso Público para Fornecimento de Refeições e Lanches para as Escolas EB1 e Jardins de Infância – anos 2012-2015, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 18 de abril de 2012.-----

-----**PONTO 6 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO CONTINUADO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS EM SISTEMA DE CARTÃO FROTA:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto,

uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 512-24.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação do **CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO CONTINUADO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS EM SISTEMA DE CARTÃO FROTA.**-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 30/AM/2012:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, autorizar a repartição de encargos, para os efeitos indicados no nº 1, conjugado com o nº 6 do artº 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, resultantes da aquisição de serviços que dará lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, referente ao Concurso Público para Fornecimento continuado de combustíveis rodoviários em sistema de Cartão Frota, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 18 de abril de 2012.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 7 de maio de 2012, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 7 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 6 minutos, da madrugada do dia 1 de maio, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu,-----

-----, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--